

NÚCLEO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO: UM EQUIPAMENTO MULTIDISCIPLINAR PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca Marjully Costa Silva ¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fulcro apresentar, em breves linhas, o funcionamento do Núcleo de Atendimento Especializado – NAPE, que desenvolve atendimento especializado, em caráter complementar e/ou suplementar com equipe multidisciplinar, no Município de Maranguape-CE, à estudantes com deficiência auditiva, intelectual, física, altas habilidades / superdotação, transtornos e dificuldades de aprendizagem. Ademais, visualiza-se a necessidade e importância de apresentar esse equipamento, especificando um pouco da sua estrutura física, a quantidade de atendidos, os profissionais e suas respectivas áreas de atuação e a territorialização das escolas atendidas pelo núcleo. Aborda, outrossim, a lei que regulamenta a inclusão da pessoa com deficiência nas salas de aula regular.

Nesse prisma, à medida em que se descreve sobre tal estrutura, se faz necessário expor o desenvolvimento das práticas pedagógicas, incluindo nesse ínterim a psicologia, a assistência social e as parcerias com outros equipamento e setores para o desenvolvimento das atividades e ações proporcionadas pelo NAPE. Desse modo, os relatos dissertados nesse trabalho culminaram nos resultados inframencionados, os quais evidenciam propostas educativas satisfatórias que ampliam a perspectiva da inclusão escolar e social.

Sobre o aspecto legal temos preconizado no Artigo 1º da Lei brasileira de Inclusão – LBI (BRASIL, 2015), que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Dito isso, o município de Maranguape vem promovendo ações que garantem os direitos das pessoas com deficiência, por meio de políticas públicas e práticas pedagógicas para as pessoas com deficiência, na perspectiva da inclusão, realizadas no âmbito da intersetorialidade² (Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, STDS, Secretaria do Meio Ambiente, CAPS, ONGs, demais setores parceiros).

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, marjullysilva@gmail.com.

² Sobre esse assunto, Wanderley et. al (2020, p. 08) disserta que “A intersetorialidade como estratégia de gestão pública democrática, para responder à setorização e à fragmentação, pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questão social e dos cidadãos que demandam atendimento público”.

De modo especial, podemos citar como referência em Maranguape a Lei Municipal Nº 2.760/2018 – Lei Virgínia Queiroz, que representa uma conquista da sociedade maranguapense, a partir de reivindicações pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Por seu turno, o Plano Decenal de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência de Maranguape também representa um marco legal que corrobora para a efetivação das conquistas adquiridas ao longo dos anos de luta pela inclusão educacional. E promovê-la vai além de ofertar um espaço escolar com arquitetura e recursos pedagógicos acessíveis para estudantes com deficiência.

De acordo com Carvalho (2004, p. 34) “uma escola inclusiva vai além do “eu”, do “nós”, objetivando os “todos nós”. Assim, nos leva a refletir sobre as práticas pedagógicas ofertadas para todos, compreendendo que a deficiência não define o estudante, mas as intervenções adequadas pode fazer uma grande diferença no processo de desenvolvimento das habilidades educacionais e sociais de todos.

É na perspectiva da inclusão que o Atendimento Educacional Especializado – AEE de acordo com o decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é definido e “compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” de forma complementar e suplementar ao ensino regular (BRASIL, 2011). Portanto, o NAPE desenvolve atividades pedagógicas junto à equipe multidisciplinar, respaldados de acordo com o Art. 2º da resolução de Nº 4, de 2 de outubro de 2009, na assertividade de que,

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único (BRASIL,2009).

Diante dessa premissa, reiteramos que o presente trabalho ressalta a importância de evidenciar e informar sobre a estrutura física e funcional desse equipamento (NAPE) ofertado à população Maranguapense. Para tanto, buscamos amparo legal e fundamentos teóricos que consubstanciem a nossa empreitada.

METODOLOGIA

Esta experiência exitosa foi desenvolvida pela coordenadora do NAPE, com apoio dos demais profissionais da Educação Especial que ali atuam, numa perspectiva qualitativa aproximativa. Ademais, trata-se de um estudo de caso (YIN, 2005), considerando o desenvolvimento de práticas educativas peculiares ao Atendimento Educacional

Especializado, o que inclui uma breve exposição sobre a estrutura e o funcionamento daquele equipamento. Ressaltamos que o presente atendimento, nos termos referidos (caso particular), pode servir de referência para outros espaços que demandam esse serviço. Assim, temos um trabalho que traz uma visão geral da dinâmica educacional especializada no lócus do NAPE, Maranguape-CE.

No referente aos dados coletados, inferimos que a participação dos docentes e demais profissionais do NAPE foi fundamental para que pudéssemos realizar essa pequena exposição acerca dos elementos centrais que convergem para a sua dinâmica educativa funcional. Nesse intento, coletamos informações específicas, de forma a manter o anonimato dos participantes, sobre as práticas educativas de cada profissional que atua naquele âmbito, que veremos nos resultados adiante. Cada profissional será representado pela letra “P” seguida de um número.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto ao NAPE, este equipamento foi inaugurado em 27 de agosto de 2009, e está vinculado ao Centro de Educação Municipal Deputado Manoel Rodrigues, localizado na Rua Juscelino Kubitschek, s/nº, Parque Santa Fé, em Maranguape – ce. Tem como atual gestor o Diretor Escolar Eli Machado Mendes e na coordenação do NAPE a professora Francisca Marjully Costa Silva. A estrutura arquitetônica dispõem de 01 (uma) secretaria junto com a coordenação, 07 (sete) salas para atendimento especializado, 02 (dois) banheiros, sendo 01 (um) masculino e 01 (um) feminino, 01 (um) pátio coberto e uma equipe formada por 15 (quinze) profissionais.

Em relação à dinâmica funcional, vejamos como a prática educativa na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência ocorre no plano setorial do NAPE, conforme seus (suas) profissionais:

a) O Atendimento Educacional Especializado: “É um dos serviços prestados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, que devem estar matriculados em escolas comuns do ensino regular. Visa possibilitar a criação, o desenvolvimento e a implantação de recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras que abram espaço para a plena participação de todos os estudantes no processo ensino-aprendizagem, considerando suas necessidades educacionais específicas, suas potencialidades, habilidades e não suas deficiências. Com esse atendimento complementar e/ou suplementar à formação, e

não substitutivo ao ensino regular, promove-se a autonomia e a independência do estudante na escola, na vida familiar e no mundo do trabalho”. (P 1)

b) O Atendimento Educacional Especializado para Pessoa com Surdez – AEE PS: “É um serviço que auxilia no processo do desenvolvimento da pessoa com surdez, utilizando a Língua Brasileira de Sinais - Libras como língua de instrução e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua, numa proposta de educação bilíngue. É desenvolvido em três momentos didático-pedagógicos distintos: Atendimento Educacional Especializado Em Libras; Atendimento Educacional Especializado De Libras; Atendimento Educacional especializado de Língua Portuguesa. O AEE PS em seus três segmentos busca oferecer aos estudantes com surdez a oportunidade de atuar e interagir em ambientes inclusivos de aprendizagem e nos demais contextos sociais, através do estímulo à aquisição da língua, cultura e identidade”. (P 2)

c) A Psicopedagogia: “É uma área do conhecimento que desempenha um papel específico nas dificuldades no processo de aprendizagem de estudantes com transtornos (dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia, TDAH) e dificuldades de aprendizagem. Tem o papel fundamental de analisar as causas que ocasionam tais dificuldades no processo de aquisição de conhecimentos. Analisa de forma individual cada estudante levando em conta o contexto escolar, familiar e social do estudante, para elaborar estratégias visando a superação e prevenção das dificuldades de aprendizagem dos estudantes. É importante destacar que o atendimento psicopedagógico institucional do NAPE difere das demais SRMs, visto que enquanto as Salas de Recursos Multifuncionais desenvolvem um trabalho itinerante de assessoramento psicopedagógico à escola e orientações às famílias, no NAPE é desenvolvendo um trabalho de atendimento individual/coletivo, com atendimento no contra turno, uma vez por semana, com duração de 50 minutos cada”. (P 3)

d) A Educação Física Adaptada: “Tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento global a partir dos aspectos físicos, psíquicos, intelectuais, sociais e culturais, explorando várias possibilidades de movimentos através da ludicidade e psicomotricidade, estimulando a autonomia, a independência e as capacidades sensoriais, cognitivas e motoras. Tem como público-alvo: crianças e adolescentes com deficiência, dentre elas: Deficiência intelectual, Deficiência Auditiva, Deficiência Múltipla, Transtorno do Espectro do Autismo - TEA, Transtornos Globais do Desenvolvimento”. (P 4)

e) A Psicologia Escolar: “Tem uma função relevante na equipe multidisciplinar do NAPE, onde contribui com intervenções terapêuticas junto as crianças e familiares no contexto escolar. Desse modo, as competências do psicólogo vão ao encontro da prevenção e

do bem-estar dos envolvidos. O psicólogo escolar tem as seguintes atribuições: intervenção em relação às necessidades educacionais dos estudantes; orientação e aconselhamento; funções preventivas; intervenções na melhoria das ações educacionais; acolhimentos familiares e intervenção socioeducativa para a construção de um ambiente educacional positivo e integrador. Uma das principais ações desenvolvidas no ambiente escolar é o atendimento terapêutico, que pode ocorrer individualmente e/ou coletivo”. (P 5)

f) O Serviço Social: “No âmbito da Educação Especial, desenvolve atendimento de orientação às famílias e comunidade escolar, na perspectiva da inclusão do estudante com deficiência, transtornos, entre outras. Tem em prática a ideia de atendimento com viés educador e não moralizador, pois todas as etapas e especificidades da vida do indivíduo são levadas em consideração, realizando desde o acolhimento com as famílias, a fim de minimizar as inúmeras problemáticas vivenciadas socialmente pelos estudantes com deficiência ou algum transtorno de aprendizado, até orientações e encaminhamentos para rede socioassistencial e das demais políticas públicas setoriais”. (P 6)

g) Oficina de Libras: “Surge como um projeto que visa proporcionar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, através do acesso à Língua Brasileira de Sinais - Libras, língua oficialmente reconhecida como língua de interação e comunicação das comunidades surdas do Brasil. Esta ação é uma das propostas do Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado – NAPE, que busca cumprir um papel social e dialógico de formar pessoas capazes de se comunicar e interagir com sujeitos surdos, promovendo inclusão e acessibilidade. Ademais, as ações desenvolvidas na oficina, corroboram com a construção de um sujeito diferenciado para o mercado de trabalho, pois oferece ao aprendiz competência linguística em Libras, dando-lhe um diferencial para atuar de forma singular, promovendo a transformação social”.(P 7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio, percorrido em breves linhas, objetivou uma exposição sobre o papel do NAPE em termos circunstanciais que envolve a dinâmica educativa na perspectiva da inclusão escolar dos discentes da Educação Especial. Outrossim, em decorrência das limitações desse texto, acreditamos serem imprescindíveis novos estudos sobre essa temática.

Destarte, as considerações apontam para uma proposta educativa voltada para favorecer o processo de aprendizagem dos discentes com deficiência ou transtornos,

contribuindo efetivamente para o aprimoramento docente no contexto da educação especial e para avançarmos na perspectiva da inclusão educacional.

Palavras-chave: NAPE; Educação Especial; Inclusão Escolar; Práticas educativas inclusivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Palácio do Planalto. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Resolução nº 04/2009 de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611/2011 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. 2004.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; DA PAZ, Rosangela Dias O. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 7-13, 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015